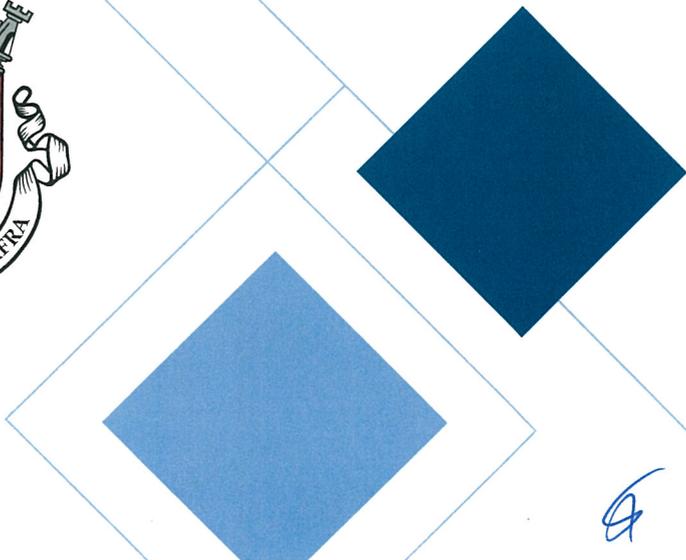


RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADOS 2018

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'OM' at the bottom.



CÂMARA
MUNICIPAL DE MAFRA



Handwritten signature or mark in blue ink.



ÍNDICE

Relatório Anual Consolidado.....	3
Apresentação	3
Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação.....	4
Sumário Executivo	6
Balanço Consolidado.....	7
Demonstração dos Resultados Consolidados.....	10
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.....	11
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	12
Certificação Legal das Contas Consolidadas	31
Relatório e Parecer do Auditor Externo das Contas Consolidadas.....	35
Declaração de Responsabilidade.....	37



RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO

Apresentação

O Município de Mafra apresentou demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez em 31 de dezembro de 2010, conforme estabelecido inicialmente no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro de 2007, e posteriormente pelo n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais em vigor.

Uma vez que, o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 13 de setembro, não estabeleceu os princípios que devem estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas, e cabe à Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) deliberar sobre todas as matérias necessárias à aplicação e aperfeiçoamento do (POCP), foi aprovada a orientação n.º 1/2010, pela Portaria n.º 474/2010, a 1 junho de 2010, em que apresenta um conjunto de princípios enquadradores que devem de estar subjacentes à consolidação de contas.

O perímetro de consolidação do Município de Mafra engloba as empresas municipais, MATADOURO Regional de Mafra, S.A., detido a 93,33% e GIATUL E.M. S.A., detida a 100%.

Face ao exercício de 2017, e em conformidade com o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Mafra mantém-se inalterado, havendo total comparabilidade das Contas consolidadas.

A documentação a seguir apresentada explicita as orientações seguidas relativamente à elaboração das Contas consolidadas do Município de Mafra do exercício de 2018.



ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Matadouro Regional de Mafra, S.A.

O MATADOURO Regional de Mafra, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 2001, com sede na Rua do Matadouro, n.º 1, Fontainhas - 2644-002 São Miguel de Alcainça. A sociedade tem por objeto o comércio e indústria transformadora de gado e carnes verdes e produtos provenientes do abate.

O seu Capital Social é de 750.000,00 euros, representado por 150.000 ações e os acionistas são:

- Município de Mafra, com 140.000 ações correspondente a 700.000 euros;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, S.A. com 6.000 ações correspondente a 30.000 euros;
- Associação de Agricultores do Concelho de Mafra, com 1.000 ações correspondente a 5.000 euros;
- Matadouro Regional de Mafra, S.A. - com 2.000 ações próprias correspondentes a 10.000 euros;
- Associação de Defesa Sanitária do Concelho de Mafra, com 1.000 ações correspondente a 5.000 euros.

Giatul E.M. S.A

A GIATUL, E.M.S.A. é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, a qual tem por objeto social o exercício de atividades de interesses público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo Mil Regos ou Ericeira Camping, infraestrutura que justificou a criação desta sociedade.

Foi constituída em junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em março de 2005 o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Atividades Turísticas, Lda., mantendo-se o valor das quotas com a mesma distribuição.

Em março de 2008 a Bluematrix, Lda., cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A., mantendo-se o valor nominal das quotas.

Em agosto de 2010 a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A..

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..
A empresa tem como objeto, o exercício das seguintes atividades de interesse público municipal:

1. Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
2. Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
3. Realização de investimentos para a expansão da atividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa;
4. Concessão, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
5. Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização coletiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
6. Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
7. Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
8. Gestão da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e respetivas infraestruturas, no Município de Mafra.

A título acessório, a empresa poderá exercer outras atividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente a prestação de serviços, bem como a exploração de outras atividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.





SUMÁRIO EXECUTIVO

O método de consolidação utilizado foi o de integração global, que consiste na soma das rubricas de Balanço e da Demonstração dos Resultados, eliminando-se os saldos e transações intragrupo, incluindo os investimentos financeiros da empresa-mãe e os Capitais próprios das suas participadas.

Foi elaborado o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados consolidados e a Demonstração consolidadas dos Fluxos de Caixa, recorrendo a informações dos anexos e fluxos de caixa das contas individuais, das próprias demonstrações financeiras e de outras informações externas obtidas.

De seguida, em termos consolidados, apresentamos uma breve análise aos valores obtidos na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, ao nível do seu Balanço e da sua Demonstração dos resultados.

Balanço Consolidado 2018

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do “Grupo” Municipal, sobre os quais incidirá a respetiva análise.

- O Balanço Municipal Consolidado evidencia um Ativo Líquido total de 280 milhões de euros, constituído maioritariamente por ativos imobilizados que ascendem a 230,5 milhões de euros (82,4% do total do balanço), com a representação do Município de 98,6%;
- O ativo circulante corresponde a 7,8% do ativo líquido, com destaque para os depósitos e caixa (6,4%);
- Os Fundos Próprios Municipais consolidados cifram-se em 196 milhões de euros, registando uma diminuição de 4,3 milhões de euros, fundamentalmente devido ao do resultado do exercício (4,8 milhões de euros negativos);
- O total do Passivo do Balanço Municipal soma 83,8 milhões de euros, representados por:
 - Empréstimos contraídos representam cerca de 5,8% do passivo consolidado, os quais se referem a empréstimos do Município e da GIATUL;
 - 68% correspondem a acréscimos e diferimentos, sendo que 38,3% equivalem a proveitos diferidos de subsídios para investimentos;
 - cerca de 11,5% representam as provisões registadas pelo “Grupo” Municipal, no valor de 9,7 milhões de euros.

Demonstração Consolidada dos Resultados 2018

Os Resultados Operacionais de 2018, no valor de 4,8 milhões de euros, registam um aumento de 1,4 milhões de euros, relativamente ao ano anterior, por via do aumento dos Impostos e taxas, no valor total de 3,5 milhões de euros.

Os resultados financeiros consolidados de 2018, negativos no valor de 174 milhares de euros, apresentam-se muito idênticos face a 2017.

Os resultados líquidos consolidados registam uma diminuição de 7,3 milhões de euros, justificado essencialmente pela forte diminuição dos Proveitos Extraordinários (redução de 8,3 milhões de euros face a 2017).





BALANÇO CONSOLIDADO

ATIVO	31 Dezembro 2018			31 Dez. 2017
	AB	A/P	AL	AL
Imobilizado:				
<u>Bens de domínio público</u>				
Terrenos e recursos naturais	7 870 071		7 870 071	7 340 763
Outras Construções e infra-estruturas	249 460 089	153 006 106	96 453 983	98 908 961
Bens do património histórico, artístico e cultural	148 317	17 443	130 874	132 605
Imobilizações em curso	32 349		32 349	4 982
27	257 510 825	153 023 549	104 487 277	106 387 311
<u>Imobilizações incorpóreas</u>				
Propriedade industrial e outros direitos	107 538	107 538	0	0
27	107 538	107 538	0	0
<u>Imobilizações corpóreas</u>				
Terrenos e recursos naturais	29 916 939		29 916 939	29 029 811
Edifícios e outras construções	111 162 993	24 711 141	86 451 852	82 337 093
Equipamento básico	31 059 538	25 895 161	5 164 377	4 735 754
Equipamento de transporte	2 530 204	2 155 007	375 196	317 392
Ferramentas e utensílios	512 261	489 298	22 963	19 974
Equipamento Administrativo	4 258 009	4 108 286	149 723	192 833
Outras imobilizações corpóreas	971 372	890 071	81 300	96 710
Imobilizações em curso	2 365 448		2 365 448	2 295 675
27	182 776 763	58 248 965	124 527 798	119 025 242
<u>Investimentos financeiros</u>				
Partes de capital	188 439		188 439	188 439
Outras aplicações financeiras	1 335 796		1 335 796	2 058 766
27	1 524 235	0	1 524 235	2 247 205
Circulante:				
<u>Existências</u>				
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	83 212		83 212	85 851
Produtos e trabalhos em curso	0		0	0
	83 212	0	83 212	85 851
<u>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:</u>				
	0	0	0	0
<u>Dívidas de terceiros - curto prazo:</u>				
Empréstimos concedidos			0	0
Clientes c/c	553 010		553 010	647 375
Contribuintes c/c	40 786		40 786	30 667
Utentes c/c	173 835		173 835	122 685
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	881 023	814 239	66 784	18 784
Adiantamentos a fornecedores	0		0	0
Estado e outros entes públicos	578 067	112 587	465 480	439 422
Outros devedores	2 790 657		2 790 657	445 572
32	5 017 378	926 827	4 090 551	1 704 504
<u>Títulos negociáveis</u>				
	0	0	0	0
<u>Depósitos em instituições financeiras e Caixa:</u>				
Depósitos em instituições financeiras	17 812 306		17 812 306	12 801 958
Caixa	7 036		7 036	529 776
	17 819 342	0	17 819 342	13 331 735
<u>Acréscimos e diferimentos</u>				
Acréscimos de proveitos	27 331 261		27 331 261	26 410 809
Custos diferidos	35 422		35 422	52 057
	27 366 683	0	27 366 683	26 462 866
Total de amortizações		211 380 052		
Total de provisões		926 827		
Total do ativo	492 205 976	212 306 878	279 899 098	269 244 713



FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

31-Dezembro-2018 31-Dezembro-2017

Fundos Próprios

Patrimônio	186 434 627	186 434 627
Ajustamento de partes de capital em empresas	-157 312	-126 938
Reservas legais	1 485 070	1 485 070
Doações	4 440 185	4 268 395
Reservas decorrentes de transferência de ativos	-8 166 361	-8 166 361
Resultados transitados	16 716 067	13 875 052
Resultado líquido em exercício	-4 782 012	2 495 418
Total fundos próprios	195 970 264	200 265 263

Interesses Minoritários

105 197 105 159

Passivo

Provisões para riscos e encargos e outras	46	9 652 515	8 785 979
		9 652 515	8 785 979
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo			
Empréstimos obtidos		4 371 150	5 642 364
Fornecedores de imobilizado - c/c		3 937 230	4 972 602
Outros credores		852 795	1 537 258
Fornecedores		87 127	87 127
		9 248 301	12 239 351
Dívidas a terceiros curto prazo			
Empréstimos		510 289	817 621
Fornecedores c/c		2 396 560	2 908 237
Fornecedores - Faturas em recepção e conferência		719 815	650 405
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		1 187	0
Fornecedores de imobilizado c/c		1 761 804	2 212 381
Estado e outros entes públicos		348 555	338 536
Outros credores		226 198	912 696
Garantias e Cauções		1 992 997	442 401
		7 957 405	8 282 277
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos		24 864 330	11 863 334
Proveitos diferidos		32 101 085	27 703 350
		56 965 415	39 566 685
Total do passivo		83 823 637	68 874 292
Total do capital próprio e do passivo		279 899 098	269 244 713

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

CUSTOS E PERDAS	2018		2017	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas				
Mercadorias	784 586		1 552 282	
Matérias	745 096		283 959	
		1 529 682		1 836 242
Fornecimentos e serviços externos	28 824 156		28 214 647	
Custos com pessoal				
Remunerações	14 606 226		13 680 216	
Encargos sociais	3 241 903		3 097 880	
		46 672 284		44 992 743
Transferências e subsídio correntes concedidos e prestações sociais	0	0	0	0
Amortizações do exercício	11 776 526		13 965 100	
Provisões do exercício	1 415 012	13 191 538	175 673	14 140 773
Outros custos e perdas operacionais	3 614 763	3 614 763	2 936 218	2 936 218
		A) 65 008 267		63 905 976
Custos e perdas financeiras	306 988	306 988	329 109	329 109
		C) 65 315 255		64 235 084
Custos e perdas extraordinárias	12 875 996	12 875 996	12 476 572	12 476 572
		E) 78 191 251		76 711 656
Imposto sobre o rendimento	55 568	55 568	80 371	80 371
		78 246 820		76 792 027
Interesses minoritários		-5 797		-12 997
Resultado líquido exercício		-4 782 012		2 495 418
PROVEITOS E GANHOS	2018		2017	
Vendas e prestações de serviços				
Vendas de mercadorias	11 201		1 375 708	
Vendas de produtos	1 101 241		0	
Prestações de serviços	14 982 728		16 302 685	
		16 095 170		17 678 393
Impostos e taxas	38 848 456		35 332 867	
Trabalhos para a própria entidade	0		0	
Proveitos suplementares	204 666		170 882	
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 470 323		13 902 059	
Outros proveitos e ganhos operacionais	234 083	53 757 527	228 686	49 634 494
		B) 69 852 697		67 312 888
Proveitos e ganhos financeiros	132 572	132 572	199 446	199 446
		D) 69 985 269		67 512 333
Proveitos e ganhos extraordinários	3 485 336	3 485 336	11 788 109	11 788 109
		F) 73 470 605		79 300 442
Resultado operacional		4 844 430		3 406 912
Resultados financeiros		-174 416		-129 663
Resultados correntes		4 670 014		3 277 249
Resultados antes impostos		-4 720 646		2 588 786
Resultado exercício (Exc. Interesses minoritários)		-4 776 214		2 508 416





DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

RECEBIMENTOS	2018	2017
Saldo da gerência anterior	12 966 558	11 097 338
Execução orçamental	10 817 912	9 480 375
Operações de tesouraria	2 148 646	1 616 963
Total das receitas orçamentais	74 448 442	70 911 410
Receitas correntes	69 308 096	65 920 928
Receitas capital	5 126 952	4 980 947
Receitas outras	13 394	9 535
Operações de tesouraria	3 719 596	3 425 615
Total	91 134 596	85 434 362
PAGAMENTOS	2018	2017
Total das despesas orçamentais	70 153 690	69 268 190
Despesas correntes	51 164 078	48 999 999
Despesas capital	18 989 612	20 268 190
Operações de tesouraria	3 673 400	3 199 614
Saldo da gerência seguinte	17 307 506	12 966 558
Execução orçamental	15 133 182	11 473 077
Operações de tesouraria	2 174 324	1 493 480
Total	91 134 596	85 434 362



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O MUNICÍPIO DE MAFRA (adiante designado apenas por CMM) apresenta demonstrações financeiras consolidadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, a qual aprovou a Orientação n.º 1/2010 "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", uma vez que o POCAL não estabeleceu os princípios que devem de estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas.

No perímetro de consolidação definido do conjunto das Empresas englobadas foram seguidos os planos de contabilização POCAL e SNC (Sistemas de Normalização Contabilística), situação que, na estrutura final dos resultados apresentados, limita, ainda que de forma residual, a comparabilidade das Demonstrações financeiras consolidadas.

Todos os valores são apresentados em euros.

I - INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

NOTA I – ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção	% do capital detido	Incl.
				31 Dez 2018	
Município de Mafra	Praça do Município 2644-001 Mafra	Prossecução dos interesses próprios da população do concelho de Mafra.			a) c)
Matadouro Regional de Mafra, S.A.	Rua do Matadouro, n.º 1, Fontainhas 2644-002 São Miguel de Alcainça	Comércio e indústria transformadora de gado, carnes verdes e produtos provenientes do abate.	CMM	93,33%	b) c) d)
GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.	Parque de Campismo de Mil Regos – Estrada Nacional 247, km 49,4 2655-319 Ericeira	Exercício de atividades de interesse público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo de Mil Regos ou Ericeira Camping, conceção, construção e manutenção de infraestruturas urbanas, bem como a instalação e manutenção de espaços e equipamentos públicos de utilização coletiva.	CMM	100,00%	b) c) d)

- a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.
- b) Entidade controlada pela Câmara Municipal de Mafra.
- c) Daqui em diante, CMM, Matadouro e GIATUL.
- d) Nos anos de 2013 e 2014 o Município de Mafra, face às alterações ao Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, desenvolveu procedimentos para proceder à alienação integral ou parcial da participação no capital social do Matadouro Regional de Mafra, S.A., quanto à participação detida na Giatul. E. M., S.A. na Mafreduca, S.A., o Município continua a acompanhar as ações em curso, visando a resolução desta situação.

Não obstante, continua o Município a pugnar por encontrar uma solução que permita resolver as duas questões acima referidas.



NOTA 2 – ENTIDADES EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

NOTA 3 – ENTIDADES ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido	Obs.
				31 Dez 2018	
Coop. Tapada Nacional de Mafra, CIPRL	Portão do Codeçal 2640-602 Mafra	Investigação e preservação da fauna e da flora, educação ambiental, atividade cinegética e a prestação de serviços de turismo rural.	CMM	21,97%	a)

a) A participação financeira detida pelo Município na “Tapada Nacional de Mafra” apresenta nas demonstrações financeiras consolidadas o valor de 112.090,18 euros. Esta participação encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial. Em 2018, não foi possível aplicar este método, uma vez que, na data de encerramento das contas individuais do município, as contas da Tapada Regional de Mafra não se encontravam encerradas, não se estimando, como em anos anteriores, um impacto relevante.

NOTA 4 – ENTIDADES ASSOCIADAS NÃO CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Não aplicável.

NOTA 5 – ENTIDADES OBJETO DE CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

Não aplicável.

NOTA 6 – OUTRAS PARTICIPAÇÕES – ENTIDADES NÃO CONSOLIDADAS E NÃO INCLUÍDAS NAS NOTAS I A 4

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido	Obs.
				31 Dez 2018	
MUNICÍPIA – Empresa Cart. Sist. Informação, S.A.	Tagusparque Ed. Ciência II, nº 11, 3B 2740-120 Porto Salvo	Operações nas áreas da Fotografia Aérea, Cadastro, Cartografia, Formação, Consultoria, SIG e Desenvolvimento de Aplicações.	CMM	2,31%	a)
Caixa de Crédito agrícola Mútuo de Mafra	Terreiro D. João V - Mafra	Crédito Agrícola.	Matadouro CMM	0,008% 0,003%	a)

a) Mensurada ao custo de aquisição.

NOTA 7 – NÚMERO MÉDIO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO

O número médio de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 1.078 em 31 de dezembro 2018, decomposto da seguinte forma:

Firma	Número de funcionários
Município de Mafra	951
Matadouro Regional de Mafra, SA	36
GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.	91
Total	1.078

II – INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

NOTA 8 – INSUFICIÊNCIA DAS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO PARA UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Não aplicável.



NOTA 9 – AFASTAMENTO DAS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO PARA SE OBTER UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Não aplicável.

III - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

NOTA 10 – DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação utilizado é o método de consolidação integral. Este método consiste na integração no Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais da entidade consolidante com os elementos respetivos dos Balanços, Demonstração dos Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais das entidades consolidadas.

Foi adotado o Método de Consolidação Integral, pelo facto da entidade-mãe ter contabilizado na sua conta patrimonial 41 – “Investimentos financeiros” o valor da participação dos capitais próprios das participadas.

Rubrica “Diferença de Consolidação”:

Sendo o valor da participação na entidade mãe igual ao valor da fração dos capitais próprios das empresas participadas, não há lugar ao reconhecimento da diferença de consolidação.

NOTA 11 – DERROGAÇÃO ÀS REGRAS GERAIS DE PREPARAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As amortizações de diversos bens do imobilizado das empresas municipais são calculadas com base em taxas de amortização diferentes das utilizadas pela CMM. Com efeito as empresas municipais utilizam as taxas de acordo com a vida útil estimada como indicado no normativo contabilístico Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e a CMM amortiza de acordo com as taxas prescritas no CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

Optou-se por não proceder à harmonização das amortizações das empresas municipais com as da CMM, uma vez que julgamos as taxas de amortização utilizadas pelas empresas municipais mais adequadas tendo em conta as suas atividades, ficando desta forma os imobilizados nas demonstrações financeiras consolidadas com uma mensuração que entendemos como mais verdadeira e apropriada.





NOTA 12 – ELIMINAÇÕES NÃO EFETUADAS POR SEREM MATERIALMENTE IRRELEVANTES

Não aplicável.

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTEGRADAS NA CONSOLIDAÇÃO ELABORADAS EM DATA DIFERENTE DAS DA ENTIDADE-MÃE E ACONTECIMENTOS IMPORTANTES OCORRIDOS ENTRE A DATA DOS BALANÇOS DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E O BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

NOTA 14 – COMPARABILIDADE E ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

Face ao exercício de 2017, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Maфра manteve-se inalterado, havendo a total comparabilidade das Contas consolidadas entre os dois exercícios.

NOTA 15 – UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS DIFERENTES DOS UTILIZADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Não aplicável.

NOTA 16 – AJUSTAMENTOS EXCECIONAIS EFECTUADOS COM FINS FISCAIS

Não aplicável.

NOTA 17 – AMORTIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO PARA ALÉM DE CINCO ANOS

Não aplicável.

NOTA 18 – CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas ao valor de aquisição.



NOTA 19 – DISCRIMINAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE AQUISIÇÃO PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL QUANDO NÃO REFLETIDAS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

NOTA 20 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS DAS ASSOCIADAS DIFERENTES DOS UTILIZADOS NA CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

IV - INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

NOTA 21 – COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO EVIDENCIADOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

NOTA 22 – RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos aos funcionários e aos membros dos órgãos executivos, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.

As responsabilidades da CMM por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança podem ser consultadas no anexo individual da CMM.

Os empréstimos de financiamento obtidos pela Giatul junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e o Município de Mafra e as relativas às comparticipações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os artigos n.º 27.º e 31.º da Lei 58/98, de 18 de agosto.

V - INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram registados ao custo de aquisição, considerando-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

As amortizações são calculadas a partir da entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes e às taxas fixadas na Portaria n.º 671/2000, publicada no Diário da República II Série, n.º 91, de 17 de abril – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado e do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro.

Ainda de acordo com o CIBE, são totalmente amortizados no ano de aquisição os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição.

No caso da avaliação do património da CMM efetuado pela SIGHT®, reportada às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2002, conforme relatório realizado pela empresa, a reconciliação, a avaliação e a amortização dos bens foi efetuada pelos métodos previstos no POCAL, em que perante a impossibilidade de apuramento do custo histórico, foi utilizado o método do custo e o valor de mercado.

No caso das empresas municipais, as amortizações são efetuadas utilizando-se taxas de acordo com a vida útil estimada (Sistema de Normalização Contabilística).

Investimentos financeiros

As entidades associadas estão contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. As restantes participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição.

Existências

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

As provisões para cobranças duvidosas são estabelecidas quando há evidência objetiva de que a entidade empresarial não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

No caso específico das dívidas associadas à atividade da CMM, consideram-se de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, sendo o seu montante anual acumulado, determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Especialização de exercícios

As entidades incluídas na consolidação, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.

NOTA 24 – COTAÇÕES PARA CONVERSÃO EM MOEDA NACIONAL DAS DÍVIDAS A PAGAR EM MOEDA ESTRANGEIRA

Não aplicável.

VI - INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

NOTA 25 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Não aplicável.

NOTA 26 – AMORTIZAÇÃO DE “TRESPASSES” PARA ALÉM DE CINCO ANOS

Não aplicável.



NOTA 27 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE ATIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço podem ser resumidos como segue:

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates/ Ajustamentos	Saldo final
De bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais	7 340 763	529 308	0	0	7 870 071
Outras Construções e infraestruturas	243 697 492	5 766 797	0	-4 200	249 460 089
Bens do património histórico artístico e cultural	148 317	0	0	0	148 317
Imobilizações em curso	4 982	27 368	0	0	32 349
	<u>251 191 553</u>	<u>6 323 472</u>	<u>0</u>	<u>(4 200)</u>	<u>257 510 825</u>
De imobilizações incorpóreas					
Propriedade industrial e outros direitos	107 538	0	0	0	107 538
	<u>107 538</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>107 538</u>
De imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	29 029 811	1 055 283	(41 598)	(126 557)	29 916 939
Edifícios e outras construções	105 168 558	6 630 877	(199 450)	(436 993)	111 162 993
Equipamento básico	29 404 507	1 847 022	(71 061)	(120 929)	31 059 538
Equipamento de transporte	2 378 989	172 998	(21 783)	0	2 530 204
Ferramentas e utensílios	506 359	13 588	0	(7 686)	512 261
Equipamento administrativo	4 293 030	26 305	(2 736)	(58 590)	4 258 009
Outros imobilizações corpóreas	967 987	3 808	0	(424)	971 372
Imobilizações em curso	2 295 675	6 812 745	0	(6 742 972)	2 365 448
	<u>174 044 916</u>	<u>16 562 627</u>	<u>(336 629)</u>	<u>(7 494 150)</u>	<u>182 776 763</u>
De investimentos financeiros					
Partes de capital	188 439	0	0	0	188 439
Investimentos em imóveis	0	10 856	0	0	10 856
Outras aplicações financeiras	2 058 766	877	0	(734 704)	1 324 939
	<u>2 247 205</u>	<u>11 734</u>	<u>0</u>	<u>(734 704)</u>	<u>1 524 235</u>
	<u>427 591 211</u>	<u>22 886 099</u>	<u>(336 629)</u>	<u>(7 498 350)</u>	<u>441 919 361</u>

Amortizações e Ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Outras Construções e infraestruturas	144 788 530	8 217 681	(105)	153 006 106
Bens do património histórico artístico e cultural	15 711	1 731	0	17 443
	<u>144 804 241</u>	<u>8 219 412</u>	<u>(105)</u>	<u>153 023 549</u>
De imobilizações incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	107 538	0	0	107 538
	<u>107 538</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>107 538</u>
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	22 831 465	1 978 796	(99 121)	24 711 141
Equipamento básico	24 668 753	1 340 140	(113 731)	25 895 161
Equipamento de transporte	2 061 597	93 411	0	2 155 007
Ferramentas e utensílios	486 385	10 252	(7 339)	489 298
Equipamento administrativo	4 100 197	66 871	(58 782)	4 108 286
Outros imobilizações corpóreas	871 277	19 218	(424)	890 071
	<u>55 019 673</u>	<u>3 508 688</u>	<u>(279 396)</u>	<u>58 248 965</u>
	<u>199 931 453</u>	<u>11 728 100</u>	<u>(279 501)</u>	<u>211 380 052</u>

Relativamente às Imobilizações incorpóreas, designadamente no que respeita a Propriedade industrial e outros direitos, no âmbito dos ajustamentos de consolidação, foram regularizados, por contrapartida de Proveitos diferidos (2.400.000 euros) e Resultados transitados (6.012.308 euros), os direitos de superfície de imóveis cedidos, em 2004 e entre 2007 e 2008, pelo Município de Mafra à Giatul, no valor global líquido de 8.412.308 euros.

NOTA 28 – CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS NO EXERCÍCIO

Não aplicável.

NOTA 29 – AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS EXTRAORDINÁRIOS FEITOS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS FISCAIS

Não aplicável.



NOTA 30 – DIFERENÇAS ENTRE OS CUSTOS DOS ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE E RESPECTIVOS PREÇOS DE MERCADO

Não aplicável.

NOTA 31 – ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO MERCADO

Não aplicável.

NOTA 32 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE ATIVO CIRCULANTE

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Cientes c/c	647 375	20 778	(115 143)	553 010
Contribuintes c/c	30 667	10 119	0	40 786
Utentes c/c	122 685	51 151	0	173 835
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	761 533	125 148	(5 658)	881 023
Estado e outros entes públicos	552 010	26 252	(112 782)	465 480
Outros devedores	445 572	2 491 559	(146 474)	2 790 657
	<u>2 559 841</u>	<u>2 725 007</u>	<u>(380 058)</u>	<u>4 904 791</u>

Ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Cientes c/c	406 096	408 143		814 239
Estado e outros entes públicos	112 587			112 587
	<u>518 684</u>	<u>408 143</u>	<u>0</u>	<u>926 827</u>

NOTA 33 – DÍVIDAS A TERCEIROS VENCÍVEIS A MAIS DE CINCO ANOS

Relativamente ao Banco Português de Investimento, do valor de 2.825.423 euros em dívida à data do Balanço a 31 de dezembro de 2018, registado em Fornecedores de imobilizado, 470.904 euros são vencíveis a mais de 5 anos.



NOTA 34 – DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Não aplicável.

NOTA 35 – DIFERENÇAS ENTRE AS IMPORTÂNCIAS DAS DÍVIDAS A PAGAR E CORRESPONDENTES QUANTIAS ARRECADADAS

Não aplicável.

NOTA 36 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADES E MERCADOS GEOGRÁFICOS +

Rubrica	Dez-2018	
	Mercado Interno	Mercado Externo
Vendas	1.112.442	0,00
Prestações de serviços	14.982.728	0,00

NOTA 37 – EFEITOS NO RESULTADO CONSOLIDADO DE CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS COM VISTA A OBTER VANTAGENS FISCAIS

Não aplicável.

NOTA 38 – SITUAÇÕES QUE AFETEM SIGNIFICATIVAMENTE OS IMPOSTOS FUTUROS

Não aplicável.

NOTA 39 – REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DA ENTIDADE-MÃE

Informação detalhada no anexo individual do relatório e contas do Município.

NOTA 40 – ADIANTAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DA ENTIDADE-MÃE

Não aplicável.





NOTA 41 – DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS OU DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável.

NOTA 42 – REAVALIAÇÕES

Não aplicável.

NOTA 43 – COMPARABILIDADE DOS EXERCÍCIOS

Face ao exercício de 2017, e em conformidade com o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Mafra mantém-se inalterado, havendo total comparabilidade das Contas consolidadas.

NOTA 44 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e perdas financeiras	2018	2017
Juros suportados	167 510	202 194
Perdas em empresas do grupo e associadas	0	0
Descontos de pronto pagamento concedidos	94 428	83 276
Outros custos e perdas financeiras	45 049	43 638
	<u>306 988</u>	<u>329 109</u>
Proveitos e ganhos financeiros	2018	2017
Juros obtidos	15 400	6 261
Ganhos em empresas do grupo e associadas	0	60 829
Rendimentos de imóveis	117 172	130 675
Rendimentos de participações de capital	0	1 665
Descontos de pronto pagamento obtidos	0	0
Outros proveitos e ganhos financeiros	0	16
	<u>132 572</u>	<u>199 446</u>
Resultados financeiros	-174 416	-129 663

NOTA 45 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e perdas extraordinários	2018	2017
Transferências de capital concedidas	343 000	403 409
Donativos	0	0
Dívidas incobráveis	0	0
Perdas em existências	0	1
Perdas em imobilizado	417 112	2 799 805
Multas e penalidades	0	0
Correções relativas a exercícios anteriores	59 121	100 510
Outros custos e perdas extraordinárias	12 056 764	9 172 847
Total	12 875 996	12 476 572
Proveitos e ganhos extraordinários	2018	2017
Ganhos em existências	6 101	1
Ganhos em imobilizado	1 526 257	376 530
Benefícios de penalidades contratuais	238 282	926 287
Reduções de amortizações e provisões	483 162	60 188
Correções relativas a exercícios anteriores	156 259	277 999
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 075 274	10 147 103
Total	3 485 336	11 788 109
Resultados extraordinários	-9 390 660	-688 463

NOTA 46 – DESDOBRAMENTO DA CONTA DE PROVISÕES E MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO

Provisões	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	855 337	77 147	(5 658)	926 827
Provisões para riscos e encargos	8 785 979	1 337 278	(470 742)	9 652 515
	9 641 317	1 414 426	(476 400)	10 579 342

O valor global dos pedidos de indemnização, em função dos processos judiciais cuja resolução se encontra pendente, ascende a 9.652.515 €. Para este valor concorrem também os processos relativos à expropriação dos prédios necessários à construção da A21, os quais, face à dissolução da Mafratlântico - Vias rodoviárias, EM, em 31 de dezembro de 2013 e o acordo celebrado entre a EP – Estradas de Portugal, SA, o Município de Mafrá e a aludida empresa, são da responsabilidade do Município, competindo-lhe pagar os montantes indemnizatórios que vierem a ser fixados judicialmente.





Para definir o valor de provisão relativo aos processos expropriativos, considerou-se o valor fixado em relatório pericial mais recente nos processos em curso, adotando-se, no caso de a posição dos peritos não ser unânime, à posição dominante, o que totaliza, no final de 2018, para estes processos o montante de 4.777.847 €.

Relativamente ao montante de 4.874.668 € correspondente aos demais processos judiciais em curso, que têm vindo a ser acompanhados pelos serviços do Município, pelo seu Departamento Jurídico e pela sociedade de Advogados externa, há que referir que este montante estimado totaliza o valor máximo expectável pelo qual o Município pode eventualmente vir a ter de responder.

NOTA 47 – BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA - VALORES CONTABILÍSTICOS

Não aplicável.

NOTA 48 – DÍVIDAS TITULADAS NÃO EVIDENCIADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

VII - INFORMAÇÕES DIVERSAS

NOTA 49 – OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável.

NOTA 50 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

50.1 A informação relativa aos imóveis sobre os quais foram constituídos direitos de superfície encontra-se detalhada no anexo individual do relatório e contas do Município.

50.2 Resgate da concessão do serviço de águas e reversão do serviço público do saneamento de águas residuais

A Assembleia Municipal, em sessão de 18 de maio de 2017, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao Contrato da Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Municipal de Água e Saneamento do Concelho de Mafra e acionar o resgate da concessão.

Em sessão datada de 28 de fevereiro de 2018 a Assembleia Municipal deliberou fixar o montante do resgate no valor de €4.749.885,00 (quatro milhões, setecentos e quarenta e nove mil e oitocentos e oitenta e cinco euros, a compensação por reequilíbrio financeiro no montante de €2.428.658,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito euros) e fixou o montante devido pela indemnização pela declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao Contrato da Concessão em €3.750.003,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil e três euros).

Em 12 de março de 2018, a concessionária Be Water notificou o Município para a constituição de Tribunal Arbitral tendo em vista a submissão a julgamento da invalidade da deliberação da Assembleia Municipal que procede à declaração de nulidade, ao resgate da concessão, à fixação do montante devido pelo resgate da concessão e à compensação por reequilíbrio financeiro, tendo o Município contestado a citada ação.

Na pendência da ação, as partes, através de requerimento datado de 19 de fevereiro, solicitaram ao tribunal a suspensão da instância dado que chegaram a um acordo global sobre a composição do litígio.

Está agendada para a reunião de Câmara a realizar no próximo dia 14 de junho uma proposta, a submeter também à Assembleia Municipal em sessão de junho, e que visa a celebração de um acordo de transação relativo à extinção de responsabilidades do contrato de concessão de exploração e gestão de serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas celebrado entre o Município de Mafra e a Be Water, S.A. e que cifra o valor da compensação e indemnização a atribuir à concessionária em €21 000 000,00 (vinte e um milhões de euros) acrescido de IVA, o que totaliza € 25.424.208,47 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e oito euros e quarenta e sete cêntimos).

NOTA 51 – SALDOS E TRANSAÇÕES INTRAGRUPU

À data de 31 de dezembro de 2018 os saldos e transações financeiras intragrupo existentes, e anulados no processo de consolidação de contas, são os seguintes:

Saldos	Município Mafra	Giatur	Total
<i>Município Mafra</i>			
Clientes		0	0
<i>Giatur</i>			
Clientes	511 836		511 836
Fornecedores	0		0
Total	511 836	0	511 836



Transações	Município Mafra	Giatul	Total
<u>Município Mafra</u>			
Proveitos Financeiros		21 274	21 274
Proveitos Extraordinários		15 600	15 600
Prestação Serviços		167 352	167 352
FSE		-906 179	-906 179
<u>Giatul</u>			
Prestação Serviços	906 179		906 179
FSE	-204 226		-204 226
Total	701 953	-701 953	0

A diferença detetada entre os saldos do Município de Mafra e a Giatul (511.836,16 euros) deve-se a uma transferência bancária em trânsito, pelo que o acerto efetuado nas contas consolidadas ocorreu por via de Depósitos bancários.

NOTA 52 – DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA

A dívida bruta consolidada do Município de Mafra é como se segue:

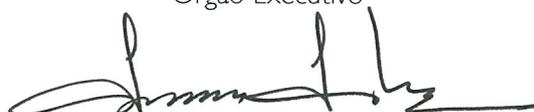
Saldos	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Total
Fornecedores	3 116 376	87 127	3 203 502
Fornecedores Imobilizado	1 761 804	3 937 230	5 699 034
Empréstimos bancários	510 289	4 371 150	4 881 439
Outros credores	2 219 194	852 795	3 071 989
Total	7 607 663	9 248 301	16 855 964

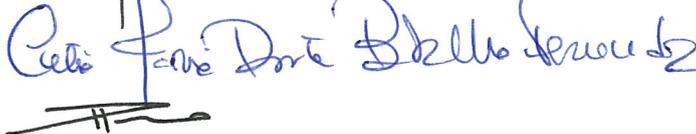
NOTA 53 – ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO MÉDIO/LONGO PRAZO

O endividamento consolidado a médio/longo prazo decompõe-se da seguinte forma:

Credor	Entidade	Montante	Taxa Juro	Início	Fim
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	63 460,30 €	Euribor 6 meses + 0,875%	15/09/1995	12/10/2022
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	158 756,35 €	Euribor 6 meses + 0,875%	22/01/1998	13/06/2024
Banco BPI, S.A.	Município de Mafra	95 922,71 €	Euribor 6 meses	08/01/1999	20/03/2019
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	187 794,79 €	Euribor 6 meses	23/06/2000	02/10/2020
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	326 814,41 €	Euribor 6 meses + 0,475%	08/06/2001	21/08/2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	326 814,41 €	Euribor 6 meses + 0,475%	08/06/2001	21/08/2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	120 850,08 €	Euribor 6 meses + 0,475%	27/07/2001	13/08/2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	59 019,68 €	Euribor 6 meses + 0,475%	27/07/2001	13/08/2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	160 055,52 €	Euribor 6 meses + 0,475%	04/10/2001	01/03/2027
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	56 123,88 €	Euribor 6 meses + 0,475%	04/10/2001	01/03/2027
Novo Banco, S.A.	Município de Mafra	257 867,73 €	Euribor 3 meses + 0,6%	30/12/2003	12/11/2023
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	336 692,77 €	Euribor 3 meses + 0,153%	05/07/2005	05/07/2025
Banco Santander Totta, S.A.	Município de Mafra	1 256 979,26 €	Euribor 6 meses + 2,10%	24/04/2015	31/12/2021
Banco BPI, S.A.	Município de Mafra	2 354 519,40 €	Euribor 3 meses + 3%	21/11/2014	21/11/2024
Caixa Geral de Depósitos	Giatul	2 000 000,00 €	Euribor 6 meses + 1,12%	14/12/2004	14/12/2022
Caixa Geral de Depósitos	Giatul	708 952,00 €	Euribor 6 meses + 1,12%	19/01/2005	19/01/2023
Santander - Totta	Giatul	0,00 €	Euribor 6 meses	04/12/2014	04/12/2018
Santander - Totta	Giatul	22.314,17 €	Euribor 12 meses + 1,09%	15/04/2017	15/04/2021
Total		8 470 623,29 €			

Órgão Executivo






Órgão Deliberativo




RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Mafra** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 279.899.098 euros e um total de fundos próprios de 195.970.264 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.782.012 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

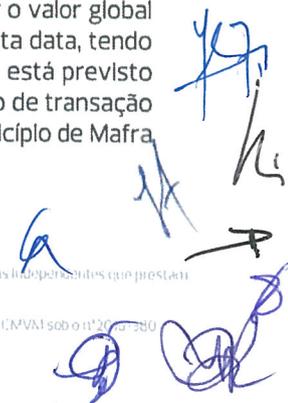
Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Mafra** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião com reservas

Conforme temos referido em exercícios anteriores, a inventariação dos bens do Ativo Imobilizado do Município, a sua depreciação, registos prediais e notariais, designadamente os que foram objeto da inventariação inicial no exercício de 2002, apesar das diligências, atualizações e levantamentos exaustivos que têm vindo a ser postos em prática, não permitem, ainda, confirmar sobre a validação na totalidade dos valores registados.

Na nossa Certificação Legal das Contas Individuais de 2018 e conforme evidenciado na nota 50.2 – Resgate da concessão do serviço de águas e reversão do serviço público do saneamento de águas residuais, do Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas, referíamos: "tendo a Assembleia Municipal, em sessão de 18 de maio de 2017, sob proposta da Câmara Municipal, deliberado declarar a nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao Contrato da Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Municipal de Água e Saneamento do Concelho de Mafra e acionar o resgate da concessão, na sequência das diversas decisões tomadas em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, referentes a este tema, foi contabilizado nas contas de 2017, na rubrica "Acréscimos de custos", o montante global de 9.084.013 euros, referente à indemnização e compensação a atribuir à concessionária. Em 2018 e já em 2019, "na pendência da ação, as partes, através de requerimento datado de 19 de fevereiro, solicitaram ao tribunal a suspensão da Instância dado que chegaram a um acordo global sobre a composição do litígio". Neste pressuposto, no encerramento das contas de 2018, a rubrica "Acréscimos de custos" registou um reforço no valor de 11.915.987 euros, por forma a perfazer o valor global de 21.000.000 euros a pagar pelo Município à "Be Water" com o término das concessões." Nesta data, tendo em consideração a atualização efetuada relativamente a esta matéria na nota 50.2 do Anexo, está previsto uma proposta a submeter à Assembleia Municipal em junho, que visa a celebração de um acordo de transação relativo à extinção de responsabilidades dos contratos acima referidos, celebrados entre o Município de Mafra,

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



e a "Be Water", considerando o valor da compensação e indemnização a atribuir à concessionária em 21.000.000 euros acrescido de IVA, o que totaliza 25.424.208 euros. Tendo em consideração o relato acima, não nos é possível validar e quantificar o efetivo impacto futuro desta operação nas contas consolidadas do Município.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases:

1. As demonstrações financeiras da Empresa Municipal "Giatul, E.M., S.A.", referentes ao exercício de 2018, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, apresentando na respetiva Certificação Legal das Contas a Ênfase, que se transcreve:

"A "Giatul, E.M." detém uma participação financeira na empresa "Mafreduca, S.A.", em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2018 a "Mafreduca, S.A." apresentou Capitais Próprios negativos de 20.845.785 euros. A "Giatul, E.M." tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a Empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Alnda relativamente à participação na "Mafreduca, S.A.", chamamos à atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da "Giatul, E.M." continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei".

2. Em conformidade com o referido no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, no perímetro de consolidação do conjunto das Empresas englobadas definido, foram seguidos os planos de contabilização POCAL e SNC (Sistema de Normalização Contabilística), situação que, na estrutura final dos resultados apresentados, limita, ainda que de forma residual, a comparabilidade das Demonstrações Financeiras Consolidadas.
3. De acordo com a Nota 1 do Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas do Município, as alterações ao Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais previstas na Lei N.º 50/2012, de 31 de Agosto, na sua maioria foram aplicadas, continuando em curso, por parte do Município, o desenvolvimento dos procedimentos necessários para o cumprimento das alterações previstas na referida Lei, nomeadamente, visando a alienação integral ou parcial da participação no capital social do "Matadouro Regional de Mafra, S.A.", e acompanhamento das ações em curso visando a resolução da situação referente à participação financeira detida na "Mafreduca, S.A.", pela "Giatul, E.M., S.A."
4. A participação financeira detida pelo Município na "Tapada Nacional de Mafra", apresenta nas demonstrações financeiras o valor de 112.090 euros, sendo a participação de 21,97%. Esta participação encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial, que não foi possível atualizar em 2018, uma vez que à data de encerramento das contas do Município, não foi disponibilizado em tempo útil o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2018, conforme mencionado na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
A
473
h. em
A
A

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão de executivo é responsável pela:

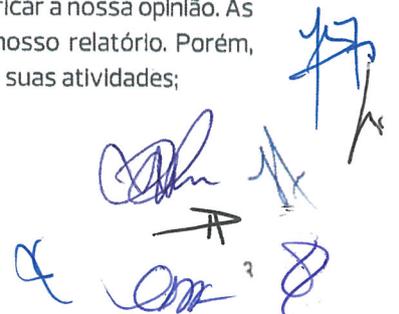
- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POICAL;
- elaboração do relatório de anual consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures and initials in blue ink. There are approximately six distinct marks, including what appears to be a signature, a set of initials, and several other scribbles.

- avallamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à Informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo Interno Identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório anual

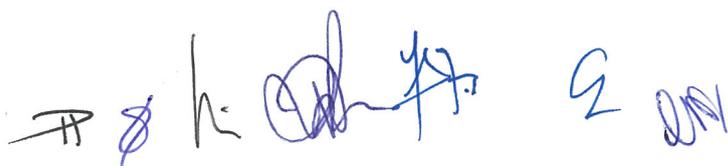
Em nossa opinião, o relatório anual consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 14 de Junho de 2019

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J.P. da Silva'.

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n°320)

A series of handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including a large signature and several smaller ones.

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

Contas Consolidadas

Exercício de 2018

1. Nos termos do n.º 2 do Artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, que estabelece regime financeiro das autarquias locais e das entidades Intermunicipais, e em conformidade com as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, que aprovou a orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do Sector Público Administrativo, procedemos ao exame do Relatório de Anual Consolidado e das contas consolidadas das entidades pertencentes à entidade consolidante – Município de Mafra.
2. De acordo com o mencionado no Relatório de Anual Consolidado, as contas consolidadas agora apresentadas expressam o resultado das operações registadas no exercício.
3. Com base nas análises a que procedemos, na documentação que nos foi disponibilizada e o referido na Certificação Legal das Contas Consolidadas, que também emitimos, e que faz parte integrante deste Relatório, é nosso

PARECER

- a) que os referidos elementos de prestações de contas consolidadas estão elaborados de acordo com os preceitos legais aplicáveis; e
- b) que refletem a situação financeira em 31 de dezembro de 2018 do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

Lisboa, 14 de Junho 2019



RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (Roc n.º 320)

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 24

NIF 500 62 381 Capital Social 708 000 €

Inscrição no Estado dos Auditores da CVM sob o n.º 2016/280



Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2018 do Município de Mafra declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas individuais ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Assumimos ainda a responsabilidade de que, por aplicação dos princípios, normas e procedimentos acima referidos e segundo o nosso conhecimento, as transações subjacentes:

- g) Respeitaram as normas da contratação pública aplicáveis;
- h) Asseguraram o cumprimento pontual e tempestivo de todos os acordos e contratos com terceiros;





- i) Respeitaram as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho e observaram as incompatibilidades e limitações previstas nesses diplomas, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais.

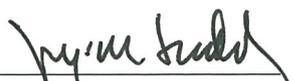
Os responsáveis subscritores:

O Presidente da Câmara



(Hélder Sousa Silva)

Os Vereadores



(Joaquim Sardinha)



(Aldevina Rodrigues)



(Hugo Luís)



(Célia Fernandes)



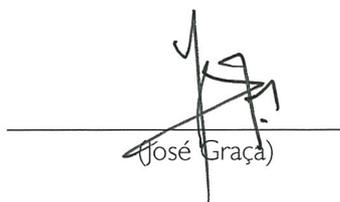
(José Felgueiras)



(Lúcia Carvalho)



(Sérgio Santos)

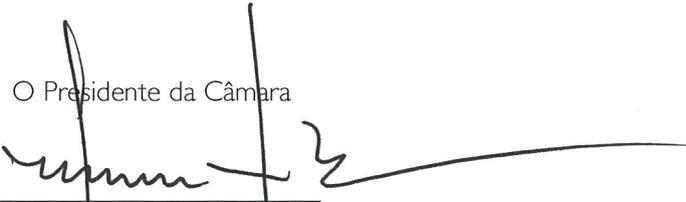


(José Graça)

Encerramento

O presente documento que é composto pelo Relatório Anual Consolidado, Balanço Consolidado, Demonstração dos Resultados Consolidados, Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, Certificação Legal das Contas Consolidadas, Relatório e Parecer do Auditor Externo das Contas Consolidadas e Declaração de Responsabilidade para o ano económico de 2018, contém 39 páginas, devidamente numeradas, foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mafra, realizada no dia catorze de junho de dois mil e dezanove.

O Presidente da Câmara



(Hélder Sousa Silva)

Os Vereadores



(Joaquim Sardinha)



(Aldevina Rodrigues)



(Hugo Luís)



(Célia Fernandes)



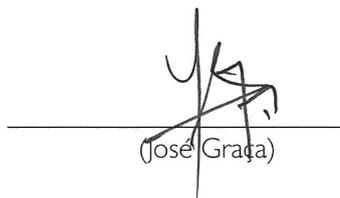
(José Felgueiras)



(Lúcia Carvalho)



(Sérgio Santos)



(José Graça)

